

Disciplina: Estado Desenvolvimentista e nova governança pública no Brasil do século XXI: análise das transformações do direito administrativo sob a ótica do <i>Law and Development</i>		Curso: Mestrado/Doutorado Faculdade de Direito - USP
1º Semestre de 2020 - Segundas-feiras - 8h30/12h30	Carga horária semanal: 8 hrs	Turmas: única
Nome do Professor: Prof. Dr. Gustavo Justino de Oliveira - Departamento de Direito do Estado-DES		

I EMENTA: A crise do *Welfare State* e o tema do desenvolvimento. Estado, Administração Pública e desenvolvimento nos séculos 20 e 21. Burocracia, mercado, sociedade civil e o desenvolvimento. Democracia e Desenvolvimento. *Law and Development*. Teorias desenvolvimentistas e organização político-administrativa no mundo: os modelos asiáticos e outros modelos. Estado Predador, Estado Regulador e Estado Desenvolvimentista. A Constituição de 1988 e o desenvolvimento multidimensional e integrado: coexistência do econômico, social e ambiental. A Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e o desenvolvimento. O desenvolvimentismo deliberativo na Era Lula: crescimento econômico, políticas desenvolvimentistas, participação como política e redução de desigualdades. A “nova matriz econômica” do Governo Dilma e o (re)fluxo da Agenda Desenvolvimentista. Desenvolvimento no Governo Temer: entre o caos político e o pós-impeachment. Estado desenvolvimentista e a nova governança pública no Governo Bolsonaro. Estado desenvolvimentista e o direito administrativo brasileiro.

II. OBJETIVOS: A presente disciplina tem por objetivo empreender análises e reflexões sobre o Estado Desenvolvimentista-ED e suas intercorrências com a nova governança pública no Brasil do século XXI, a partir das recentes transformações do direito administrativo. Partindo da crise do *Welfare State* e da emergência de uma Agenda Desenvolvimentista em um contexto globalizado e de impulso democrático-participativo da segunda metade do século XX, a disciplina pretende investigar as atuais interrelações e interseções entre Burocracia, Mercado, Sociedade civil e o desenvolvimento, apoiando-se em (i) revisão bibliográfica geral de autores e teorias desenvolvimentistas e (ii) fundamentos metodológicos do movimento teórico-acadêmico *Law and Development*, segundo o qual lei, atos normativos e instituições (*LFIs*) tendem a impactar no desenvolvimento econômico e social. Enfrentando as características principais dos modelos desenvolvimentistas de Estado no mundo, para fins de compará-los (i) entre si e (ii) com os modelos distintos existentes - como o Estado Predador e o Estado Regulador - o foco principal da disciplina é o de contribuir para o debate sobre a trajetória desenvolvimentista brasileira a partir da dimensão multidimensional e integrativa consagrada na Constituição de 1988 - econômica, social e ambiental - com destaque para a compreensão e análise das consequências das correlatas decisões político-administrativas tomadas nos seguintes marcos referenciais contemporâneos: a) a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 da era FHC, b) o desenvolvimentismo deliberativo na era Lula: crescimento econômico, redução de desigualdades e políticas desenvolvimentistas, c) a “nova matriz econômica” do Governo Dilma e o (re)fluxo da Agenda Desenvolvimentista, d) o Desenvolvimentismo entre o caos político e o pós-impeachment, do Governo Temer e e) Desenvolvimentismo e Bolsonarismo: novo sentido de desenvolvimento? Finalmente, esta disciplina pretende discutir os impactos que a Agenda Desenvolvimentista acabou gerando nas instituições e categorias fundamentais do direito administrativo brasileiro nos últimos 20 anos, em um cenário de crescente ampliação do debate acadêmico-científico, marcado por forte participacionismo e pragmatismo, notadamente sobre a qualidade da democracia substancial e a efetividade da ação pública levada a efeito pela Administração pública, em um contexto de Nova Governança Pública.

III. JUSTIFICATIVA: A ascensão e permanência no poder - a partir de 2002 - de um governo de coalizão liderado por partido social de centro-esquerda (Partido dos Trabalhadores-PT), inaugurou um intenso debate sobre uma nova agenda política, direcionada à construção de um modelo de Estado diverso do modelo liberal e regulador que vigorou na década anterior. Um Estado desenvolvimentista fortemente apoiado, não somente em acordos e alianças com organizações da sociedade civil, mas em diálogos permanentes e institucionalizados com movimentos sociais e populares. Conselhos Participativos, Conferências Nacionais, Fóruns de Debates e Participação Popular, Consultas e Audiências Públicas, são alguns dos muitos instrumentos que passaram a ser amplamente empregados para buscar conferir maior base de sustentação a políticas públicas de teor social-desenvolvimentista. Estas constatações permitem refletir sobre a intencional adoção, no Brasil, de um processo participativo destinado à promoção do desenvolvimento: “governança fortalecida pela participação” (FUNG and WRIGHT, 2000) combinada com a implantação “de processo deliberativo em unidades políticas suficientemente amplas para se ter um impacto sobre trajetórias de desenvolvimento”, ou seja, “desenvolvimento deliberativo” (EVANS, 2003). Entretanto, fatos recentes levantaram críticas severas e até neutralizaram o curso natural, finalidades e limites deste “desenvolvimento deliberativo” adotado pelo Governo Federal: (a) ingovernabilidade decorrente da ruptura da coalizão da base governista no Congresso Nacional, (b) forte crise econômica e fiscal

com a redução drástica da capacidade de investimentos estatais, (c) imputações de práticas neopopulistas voltadas à perpetuação no poder combinadas com escândalos de corrupção, (d) acusações generalizadas de má-gestão e de ineficiência da estrutura pública e, (e) o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, com a emergência de um Governo aparentemente marcado por novas visões acerca do desenvolvimento. Mais recentemente, a ascensão do Bolsonarismo procura forjar novos sentidos para o desenvolvimentismo. Apoiada (i) na revisão bibliográfica da literatura desenvolvimentista e fundamentos de *Law and Development*, (ii) legislação e regulamentação normativa produzida no período, bem como (iii) a partir da análise de dados empíricos e estatísticos quantitativos e qualitativos sobre desenvolvimento e políticas desenvolvimentistas, esta disciplina pretende avaliar o impacto da Agenda Desenvolvimentista deste início de século XXI nas transformações e novos rumos do direito administrativo brasileiro.

IV. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO:

Aula	Dia	Assunto
1	09/03	Apresentação da disciplina. Metodologia. Bibliografia. Avaliação.
MÓDULO 01 – Fundamentos de <i>Law and Development</i>, Nova Governança Pública e a relação com o Direito Administrativo		
2	16/03	Tema: <i>Law and Development</i> I
3	23/03	Tema: <i>Law and Development</i> II
4	30/03	Tema: <i>Law and Development</i> e o Direito Administrativo
5	06/04	Feriado Semana Santa
6	13/04	Tema: Fundamentos de Nova Governança Pública
7	20/04	Feriado Tiradentes
MÓDULO 02 – Estado Desenvolvimentista, nova governança pública e o Direito Administrativo		
8	27/04	Tema: Estado Desenvolvimentista I Seminário 1: BNDES nos Governos Dilma, Temer e Bolsonaro: uma agência de fomento prol desenvolvimento?
9	04/05	Tema: Estado Desenvolvimentista II Seminário 2: Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) nos Governos Temer e Bolsonaro: exequibilidade das metas de geração de infraestrutura e impactos no desenvolvimento
10	11/05	Tema: Estado Desenvolvimentista III Seminário 3: Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Lei federal n. 13.005/14: transversalidade e exequibilidade das ações e metas e os impactos no desenvolvimento (IDH, principalmente)
11	18/05	Tema: Estado Desenvolvimentista IV Seminário 4: Plano Nacional do Saneamento Básico (2014-2033): exequibilidade das ações e metas e a qualidade da regulação: impacto no desenvolvimento (IDH, principalmente)
12	25/05	Tema: Nova Governança Pública I Seminário 5: Existe uma Política Nacional Anticorrupção no Governo Bolsonaro?: Governança e Integridade nas empresas estatais e impactos no desenvolvimento
13	01/06	Tema: Nova Governança Pública II Seminário 6: Desenvolvimento sustentável, licenciamento ambiental e grandes empreendimentos públicos: atualidade e prospecção no Governo Bolsonaro
14	08/06	Workshop metodológico e Avaliação Final – 1. Construa uma Proposta de Matriz Metodológica (PMMet), de caráter observacional ou qualitativo, a partir dos fundamentos do <i>Law and Development</i> , para análise das instituições e políticas públicas no Brasil, sob a ótica do desenvolvimentismo e da nova governança pública. 2. Aplique-a ao seu tema objeto de seminário. 3. Extraia, analise e exponha os resultados obtidos, respondendo de modo fundamentado, inclusive a partir de elementos empíricos obtidos para a preparação do seminário, a seguinte indagação: <i>Esta política (ou instituição, ou plano, projeto, programa, ou lei, ou processo, etc) é desenvolvimentista e/ou é construída tendo por referência elementos de nova governança pública? Por quê?</i> 4. Obrigatório utilizar <i>powerpoint</i> (ou similar) para a apresentação, a qual deverá ter entre 10 e 12 min. no

		máximo.
--	--	---------

V. AVALIAÇÃO: A avaliação será composta da seguinte forma: **(i)** participação ativa em sala e engajamento nas dinâmicas de aula (2 pontos), **(ii)** entrega pontual de um *handout* (uma lauda, frente e verso) por aula, contendo a síntese argumentativa e problematizada de todo o material de leitura obrigatória (2 pontos), **(iii)** seminário obrigatório - exposição problematizada do tema de 40-45 min, mais discussão com a Turma, por pelo menos 15min (3 pontos) e **(iv)** avaliação final, em sala, por meio da participação em um *workshop* metodológico, com o mesmo grupo e tema do seminário. (3 pontos)

VI. BIBLIOGRAFIA GERAL:

- ALMEIDA, G. (2010). A participação social no governo federal, In SILVA, Eduardo Moreira et al. (orgs.), Experiências Internacionais de participação, São Paulo, Cortez.
- AVRITZER, L. (2012), Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil, IPEA, Texto para discussão n. 1.739, Rio de Janeiro.
- BARBER, B. R. (2003) [1984]. Strong democracy: participatory politics for a new age, Berkeley, University of California Press.
- BARRAL, Welber. Direito e Desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Singular, 2005.
- BRASIL. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2010). Direito e Desenvolvimento: debates sobre o impacto do marco jurídico no desenvolvimento econômico brasileiro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Brazil. Ministry of Education. Final Document of the National Conference on Education of 2010 (CONAE 2010). Available at http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2003). Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula, 5th ed., São Paulo, Editora 34.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2011). Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.), Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2016). Modelos de Estado Desenvolvimentista. Working Paper 412. FGV-EESP, fev.
- BÚRCA, GRÁINNE et al. (ed.) (2015). Critical legal perspectives on Global Governance: liber amicorum David M. Trubek, New York, Hart Publishing.
- CLEAVER, F. (1999). Paradoxes of participation: questioning participatory approaches to development, Journal of International Developmental, 11, pp. 597-612.
- CLEAVER, F. (2001). Institutions, Agency and the Limitations of Participatory Approaches to Development. In COOKE, Bill and KOTHARI, Uma (orgs.), New York, Zed Books.
- COUTINHO, Diogo (2010). Linking promises to policies: law and development in na Unequal Brazil, The Law and Development Review, v. 3, n. 2, article 2.
- DINIZ, E. (2012). É possível um novo modelo de Estado Desenvolvimentista no Brasil? In IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional, n. 2, http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/120906_boletim_analisepolitico_02_cap2
- DINIZ, E. (2013). Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 47, pp. 09-20.
- EVANS, P. (1992). The State as problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change, In HAGGART, S., KAUFFMAN, R. (eds.) Politics of Economic Adjustment, Princeton, University Press.
- EVANS, P. (2003). Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo, Sociologias, Porto Alegre, n. 9, pp. 20-63.
- EVANS, P. (2010). Constructing the 21st Century Developmental State: potentialities and pitfalls. In EDIGHEJI, O. (ed.), Constructing a Democratic Developmental State in South Africa: potentials and challenges, Cape Town, HSRC.
- EVANS, P. (2015a). Bringing deliberation into the Developmental State. In HELLER, P.; RAO, V. (Eds), Deliberation and Development: rethinking the role of voice and collective action in Unequal Societies. Washington, DC, World Bank Group.
- EVANS, P.; HELLER, P. (2015b). Human development, State Transformation, and the politics of the Developmental State. In LEIBFRIED, S. et al. (Editors), The Oxford Handbook of Transformations of the State, Oxford, Oxford University Press.
- EVANS, Peter (2005). Harnessing the State: rebalancing strategies for monitoring and motivation. In States and Development: historical antecedents of stagnation and advance, New York, Palgrave Macmillan.
- FIANI, Ronaldo (2012). Problematizações acerca do conceito de um “novo” Estado Desenvolvimentista, IPEA, Texto para discussão n. 1.749, Rio de Janeiro.
- FUNG, A.; WRIGHT, E. O. (2003). Deepening Democracy: institutional innovations in empowered participatory governance. London: New York, Verso.
- GAUDIN, JP. (2013). La démocratie participative. 2. ed. Paris, Armand Colin.
- GIANNETTI, D. (2007). Modelli e pratiche della democrazia deliberativa. In PASQUINO, Gianfranco (a cura di), Strumenti della democrazia, Bologna, Il Mulino.
- GOMES, E. R. (2016). Relações Estado-Sociedade e novas capacidades estatais para o desenvolvimento entre os países do BRICS: o Brasil em perspectiva comparada com a África do Sul e a Índia, In GOMIDE, A. de A.; BOSCHI, R. R. (eds.) (2016). Capacidades estatais em países emergente: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro, IPEA.
- GOMIDE, A. de A.; BOSCHI, R. R. (eds.) (2016). Capacidades estatais em países emergente: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro, IPEA.
- GOMIDE, A. de A.; PIRES, R. R. C. (2012). Capacidades estatais para o desenvolvimento no Século XXI. In IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional, n.2, http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/120906_boletim_analisepolitico_02_cap2
- GOURGUES, G. (2013). Les politiques de démocratie participative, Grenoble, PUG.
- GURZA LAVALLE, A. (2011). Após a participação: nota introdutória. Lua nova, São Paulo, 84, pp. 13-23.

- HELLER, P.; RAO, V. (Eds) (2015), *Deliberation and Development: rethinking the role of voice and collective action in Unequal Societies*. Washington, DC, World Bank Group.
- HICKEY, S.; MOHAN, G. (2004). Towards participation as transformation: critical themes and challenges. In Hickey, S. Mohan, G, editor(s). *Participation: From Tyranny to Transformation? Exploring New Approaches to Participation in Development*, London, Zed Books.
- IANONI, Marcus (2014). O que é um Estado Desenvolvimentista? *Jornal do Brasil*, 18.02.2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *BRASIL EM DESENVOLVIMENTO: Estado, planejamento e políticas públicas* (2010), v. 3., Brasília, IPEA.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Diálogos para o desenvolvimento: efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (2011). PIRES, R. R. C. (org.), v. 7, Brasília, Ipea.
- JOHNSON, Chalmers (1999). *The Developmental State: odyssey of a concept*. In: WOO-CUMINGS, Meredith (ed.), *The Developmental State*. Cornell, CA: Cornell University Press.
- KERSTENETZKY, C. L. (2011). Welfare State e Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n.1, Rio de Janeiro.
- KERSTENETZKY, C. L. (2014). The Brazilian Social Developmental State: a progressive agenda in a (still) conservative political society. In WILLIAMS, Michelle (editor), *The end of the Developmental State?*, New York, Routledge.
- KOHLI, ATUL (2004). *State-Directed development: political power and industrialization in the global periphery*. London, Cambridge University Press
- LOPREATO, F. L. C. (2015). Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. IPEA, Texto para Discussão n. 2039, Rio de Janeiro.
- MORGAN, Douglas F. et al. (ed.) (2014). *New Public Governance: a regime-centered perspective*. New York, Routledge.
- OLIVEIRA, G.H.J. de (2005). Direito ao desenvolvimento na Constituição brasileira de 1988, RDPE, v.3, n.11, Belo Horizonte, Brasil.
- OSBORNE, Sthepen P. (ed.) (2010). *The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*, New York, Routledge.
- PATEMAN, C. (1993) [1970]. *Participation and democratic theory*, London, Cambridge University Press.
- PATEMAN, C. (2012). Participatory Democracy revisited, *American Political Science Association*, 10, pp. 7-19.
- PLOTKE, D. (1997). Representation is democracy, *Constellations*, v.4, n.1, pp.19-34.
- POLLITT, CHRISTOPHER and al. (2011). *Public management Reform*, 3rd ed., London, Oxford University Press.
- ROBINSON, Mark et al. (ed.) (1999). *The Democratic Developmental State: political and institutional design*, London, Oxford University Press.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo et al. (2007). O novo direito e desenvolvimento: entrevista com David Trubek. *Revista Direito GV*, v. 3, n. 2, p. 305-330, jul./dez.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo; TRUBEK, David (2009). *O novo direito e desenvolvimento: presente, passado e futuro*. SP: Saraiva, 2009.
- SANTOS, P. R. dos. (2014). O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a nova agenda desenvolvimentista no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 65 (2), Brasília, pp. 137-162.
- SCHNEIDER, B. R. (2013). O Estado desenvolvimentista no Brasil: perspectivas históricas e comparadas, IPEA, Texto para discussão n. 1.871, Rio de Janeiro.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SINTOMER, Y. (2011). Démocratie participative, démocratie délibérative: l'histoire contrastée de deux catégories émergentes. In BACQUÉ, Marie-Hélène, SINTOMER, Yves, Paris, La Découverte, pp. 113-134.
- SPECIE, P. (2015). Direito e participação social. Doctorate Paper, Law School, University of São Paulo.
- TAMAHANA, David (1995). The Lessons of Law and Development Studies, *American Society of International Law*, v. 89, n. 2, 1995, p. 470-486.
- TREBILCOCK, Michael J.; MOTA PRADO, Mariana (2014). *Advanced Introduction to Law and Development*, New York, Edward Elgar Publishing.
- TREBILCOCK, Michael J.; MOTA PRADO, Mariana. (2012). *What makes poor countries poor? Institutional determinants of development*. New York, Edward Elgar Publishing.
- TRUBEK, David (2009). *Developmental States and the legal order*, In: *Legal Studies Research Paper Series*, University of Wisconsin Law School, n. 1075.
- TRUBEK, David et al. (2014). *Law and the New Developmental State: the Brazilian Experience in Latin American Context*, Cambridge University Press
- TRUBEL, DAVID et al. (ed.) (2006). *The New Law and Economic Development: a critical appraisal*, London, Cambridge University Press.
- ZANATTA, Rafael Augusto Ferreira (2011). Direito e desenvolvimento no Século XXI: rumo ao terceiro momento? In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, IPEA.